

Antecedentes da criação e identidade do Bacharelado em Museologia da UFRB: do protagonismo local às contribuições da UFBA e da UNIRIO

Background to the creation and identity of the Bachelor of Museology course at UFRB: from local protagonism to the contributions of UFBA and UNIRIO

Carlos Alberto Santos Costa*
Henry Luydy Abraham Fernandes**

Resumo: Neste artigo, escrito em homenagem aos 90 anos de formação em Museologia no Brasil, buscamos apresentar como o curso de Bacharelado em Museologia da UFRB passou a integrar este cenário histórico, a partir do ano de 2006. Para tanto, partindo da noção de “poder local”, narramos os três primeiros anos de funcionamento dessa formação e demonstramos o protagonismo de agentes que lideraram o processo de implantação da Universidade, do Centro de Ensino e do Curso. Na sequência, apresentamos os desafios de implantação da graduação em Museologia em uma cidade histórica do Recôncavo da Bahia, o perfil da formação como tributária das mais antigas escolas de Museologia do país e os elementos que caracterizam a sua identidade.

Palavras-chave: Bacharelado em Museologia; UFRB; poder local; identidade e perfil acadêmicos.

Abstract: In this article, written in honor of 90 years of training in Museology in Brazil, we seek to present how the Bachelor's Degree in Museology at UFRB became part of this historical scenario, starting in 2006. Starting from the notion of "local power", we narrate the first three years of this training and demonstrate the leading role of agents who led the process of implementing the university, the center and the course. Next, we present the challenges of implementing a degree in Museology in a historic city in the Recôncavo da Bahia, the profile of training as a tributary of the oldest schools of Museology in the country and the elements that characterize its identity.

Key-words: Graduation in Museology; UFRB. Local power. Academic identity and profile.

* Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Campus Cachoeira/São Félix, onde atua como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do qual foi coordenador entre 10/2018 e 10/2022, e professor do Bacharelado em Museologia. Pesquisador associado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio (CEAACP), da Universidade de Coimbra (UC). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARQ) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Museólogo pela UFBA; mestre em Arqueologia / Conservação do Patrimônio pela UFPE; mestre e doutor em Arqueologia pela UC; cumpriu estágio pós-doutoral, com apoio da CAPES, no PPGDCI/UEFS. É membro dos grupos de Pesquisa Bahia Arqueológica (UFBA), Recôncavo Arqueológico (UFRB) e Musealização da Arqueologia (USP). Bolsista de produtividade 2 do CNPq. carloscosta@ufrb.edu.br

** Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotado no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), Campus de Cachoeira/São Félix, onde atua como coordenador (desde 10/2022) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) e professor do Bacharelado em Museologia. Atua como pesquisador colaborador do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Laboratório de Tecnologia Lítica. É Museóloga, Mestre em Ciências Sociais com concentração em Antropologia e Arqueologia e o Doutor em Antropologia com concentração em Arqueologia pela UFBA; cumpriu estágio pós-doutoral no PPGAN/UFMG, na concentração Arqueologia. É membro dos Grupos de Pesquisa Bahia Arqueológica (UFBA) e Recôncavo Arqueológico (UFRB). luydy@ufrb.edu.br

Introdução

É uma honra escrever um artigo para compor o dossiê “90 Anos da Formação em Museologia no Brasil: experiências e tendências”, alusivo ao aniversário da mais antiga escola de formação nesta área, iniciada como Curso de Museus, que funcionou no Museu Histórico Nacional (MHN) entre 1932 e 1978, e transferida para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (RIBEIRO, 2014; SIQUEIRA, 2009), onde permanece até a atualidade como um Bacharelado em Museologia. Em sintonia com esse conagraçamento, o nosso objetivo é situar algumas informações históricas sobre a trajetória do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e, na sequência, demonstrar por quais prismas essa formação se tornou tributária das primeiras formações em Museologia do Brasil: da UNIRIO e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Dezenas de iniciativas acadêmicas, com o intuito de analisar e compreender o crescimento e as características do ensino superior de graduação em Museologia do Brasil, sobretudo no século XXI, têm sido realizadas nos últimos anos (ALVES, 2018; ARAÚJO *et. all*, 2016, 2018; COSTA *et. all*, 2012a, 2012b; COSTA, 2017, 2020; FERNANDES & COSTA, 2018; FERNANDES & PÊPE, 2022; ISOLAN, 2017a, 2017b, 2015; ISOLAN & ARAÚJO, 2017; JULIÃO & TANUS, 2014; NUNES *et. all*, 2010a, 2010b; OLIVEIRA *et. all*, 2012; RIBEIRO, 2014; SÁ, 2013, 2014, 2019; SANTOS, 2019; SILVA, 2020; SIQUEIRA, 2009; SOARES, *et. all*, 2014; TANUS, 2013a, 2013b; TANUS *et. all*, 2014). Tal crescimento se iniciou um pouco antes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, popularmente conhecido como REUNI (Decreto Federal nº 6.096/2007), mas ganhou proporção a partir dessa ação instituída pelo Governo Federal brasileiro.

Associado a esse recente aumento dos cursos, algumas narrativas têm sido difundidas, as quais estabelecem “mitos”¹ de origem que de um lado justificam o cenário de crescimento e de outro sugerem o protagonismo e uma certa centralidade de agentes e autarquias ligadas ao Estado na promoção desta ampliação. No caso em questão, não seria excessivo afirmar que tais narrativas, apesar da aparência de

¹ Os mitos correspondem a histórias, muitas vezes não amparadas na realidade fática, que conduzem indivíduos a entrarem em acordo com o mundo socialmente referenciado, com o sentido de equilibrar as diferentes existências humanas em uma realidade sociocultural. Eles criam explicações sobre as origens dos fenômenos e permitem manter a coesão social, com a manutenção de narrativas que aproximam pessoas em torno de uma forma de perceber os acontecimentos no mundo que as cercam, as chamadas cosmovisões. Por se expressarem de forma dinâmica, os mitos evoluem em decorrência das condições sociais e culturais, dependendo das interações com os indivíduos no tempo e no espaço. Para um aprofundamento deste debate, sugerimos as leituras de Claude Lévis-Strauss (2007), Joseph Campbell (1990) e Luc Brisson (2014), indicados na bibliografia.

certeza, tornam os acontecimentos demasiadamente elementares e, não poucas vezes, se equivocam na compreensão de condições fáticas relacionadas aos contextos nos quais os cursos emergiram. Isso porque homogeneizam explicações de situações complexas e ignoram o “poder local” na condução das deliberações.

Para os fins deste artigo, compreendemos como “poder local” a potência transformadora que os agentes e agências com atuação geoadministrativa circunscrita têm na condução e na construção dos acontecimentos de uma dada região, em decorrência da capacidade de liderar e articular sociocultural, política e administrativamente pessoas e instituições em torno de projetos e objetivos específicos². Adotando essa noção como “horizonte conceitual”, cabe explicar a diferença, a distância e, posteriormente, a aproximação do curso de Museologia da UFRB dessas histórias e, como em qualquer contexto institucional e sociocultural, apresentar a diversidade que opera no entorno de sua criação.

Assim, neste texto, serão apresentados os aspectos que situam a trajetória histórica do curso de Bacharelado em Museologia da UFRB, os seus anos iniciais de funcionamento e os elementos que moldaram a sua identidade acadêmico-institucional em relação com as primeiras escolas de formação em Museologia do Brasil.

1. Desconstruindo mitos: reconduzindo narrativas sobre o surgimento do curso de Museologia

Como afirmamos, existem pelo menos dois “mitos” de origem propalados de forma recorrente, que criam explicações para o surgimento do Bacharelado em Museologia da UFRB. Para essas histórias, os dados que levantamos não permitem reconhecê-las como verossímeis.

A primeira narrativa a que nos referimos, mais verbalizada que escrita, é que os cursos de Museologia iniciados no século XXI teriam sido criados em decorrência do REUNI (COSTA, 2017 e 2020). Em relação à UFRB, esta ideia não está correta, assim como também não está para os cursos do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), os quais são, respectivamente, iniciados em fevereiro de 2004, agosto de 2006 e março de 2007³. É certo dizer que no mandato no Governo Federal da ocasião da criação do curso de Museologia da UFRB, que ocorreu entre 2003 e

² Para não tirar o foco do artigo, caso se queria aprofundar esse tema, sugerimos a leitura dos textos de Márcia da Silva (2008), Tânia Fischer (1992) e Ladislau Dowbor (2016), indicados na bibliografia.

³ Informações disponíveis em <http://emec.mec.gov.br>.

2006, pairava um ideal embrionário de expansão das Universidades Federais; tal ideal possibilitou, por exemplo, a criação da Universidade Federal de Grandes Dourados (UFGD), da Universidade Federal do ABC (UFABC) e da própria UFRB, todas no ano de 2005. Contudo, só no segundo mandato desse governo, entre 2007 e 2010, esse ideal foi concretizado como uma política pública a partir de um plano de governo, com o lançamento do REUNI, em abril de 2007 (Decreto Federal nº 6.096/2007; BRASIL, 2007), conjuntura que permitiu a criação e/ou expansão de várias universidades. Nesse contexto, a UFRB foi criada em julho de 2005, o curso de Bacharelado em Museologia teve início em setembro de 2006 e a universidade aderiu ao REUNI em dezembro de 2007, com efeitos concretos a partir de 2008. Portanto, o curso de Museologia da UFRB não surge em decorrência do REUNI.

A segunda narrativa, tanto amplamente verbalizada quanto escrita, é que o curso de Museologia da UFRB teria sido criado em função do estímulo e da ação de agentes do Ministério da Cultura (MinC) e de suas autarquias (ALVES, 2018; BRASIL, 2006 e 2010; COSTA, 2017 e 2020; NASCIMENTO JÚNIOR, 2020). Neste ponto, temos algumas divergências, de forma que tomaremos um tempo maior para explicá-las. De imediato, informamos que a existência deste curso se deve a um conjunto de eventos locais paralelos ao cenário nacional, os quais não guardam relação com este último. É isso que buscaremos demonstrar.

É importante ressaltar que, para essa reparação histórica da informação, entrevistamos em 25 de agosto de 2022 o Prof. Paulo Gabriel Soledade Nacif, Diretor da Escola de Agronomia da UFBA, de março de 2003 a julho de 2006, unidade desmembrada para compor a UFRB, primeiro reitor da UFRB, que geriu a instituição de julho de 2006 a abril de 2015, também membro da comissão de criação e implantação da UFRB. Portanto, trata-se de um agente com posição central e privilegiada na condução e acompanhamento dos acontecimentos que serão narrados. Ademais, complementando as informações obtidas com a entrevista, levantamos e confrontamos documentos oficiais que contextualizam e qualificam os dados.

Observando de forma simplista, de fato, o cenário brasileiro dos primeiros anos do século XXI sugere a aparente conexão da segunda narrativa com a história do Bacharelado em Museologia da UFRB. Efetivamente, existia no Brasil daquela ocasião uma ação coordenada do Ministério da Cultura na mobilização de parte de um novo cenário para o fazer museal e museológico brasileiro a partir de 2003, sobretudo com o lançamento da Política Nacional de Museus, a qual dispunha do “eixo 3 – Formação

e Capacitação de Recursos Humanos”, que previa o incentivo à criação de cursos de graduação e pós-graduação pelas universidades (BRASIL, 2003).

Além disso, em 2004, o próprio Ministro da Cultura, Gilberto Gil – um artista baiano de grande notoriedade nacional e internacional –, havia se comprometido publicamente com a reforma de um quarteirão, com verbas do Programa Monumenta⁴, para um centro de uma universidade no Recôncavo, que viria a se localizar em Cachoeira⁵. E, sim, a reforma anunciada pelo ministro ocorreu, foi realizada no espaço do “Quarteirão Leite Alves”, no qual funcionou no século XIX uma tradicional fábrica de charutos, e entregue a UFRB em 25 de maio de 2009 passa a sediar o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL). Apesar da sugestividade dessas informações, cabe evidenciar outros elementos que apontam para a não intervenção desta estrutura estatal na criação do curso de Museologia da UFRB, mas, em contraponto, evidenciam o protagonismo do “poder local” na sua conformação.

Antes de avançar no contexto de criação do curso de Museologia da UFRB, que explica essa propalada distância, é necessário um adendo histórico e sociocultural sobre a cidade na qual esta formação foi instalada, para se entender o mote da história que será narrada. Cachoeira é uma cidade histórica do Recôncavo Baiano de grande relevância, uma das mais antigas do período colonial, situada às margens do rio Paraguaçu, que serviu como último ponto navegável de acesso ao interior do Brasil, quando o país se configurava como uma colônia de exploração portuguesa; mais tarde, no século XIX, liderou as batalhas do período imperial que levaram à independência do Brasil. Neste *continuum* histórico, concentram-se grupos de pessoas pretas escravizadas, trazidas de diferentes áreas e etnias da África, para o trabalho forçado nos engenhos e nas lavouras de cana-de-açúcar e, posteriormente, de fumo. Esse contingente populacional diverso manteve encontros entre si, com diferentes grupos indígenas locais, além de europeus, estabelecendo nesse espaço novas formas de sociabilidade, ancoradas nas tradições africanas, indígenas e portuguesas. Tais sociabilidades permaneceram, e permanecem, por mais de 450 anos sendo elaboradas e reelaboradas neste território, tais como samba de roda, capoeira, candomblé, nego fugido, procissões católicas etc. (FRAGA, 2014; NASCIMENTO, 2010; MATTOSO, 2004; TAVARES, 2001).

⁴ Trata-se de uma ação de governo ligado ao Ministério da Cultura (MinC) e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visava proporcionar a restauração de prédios históricos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (DUARTE JÚNIOR, 2010).

⁵ Artigo “Gil propõe parcerias para Universidade do Recôncavo”, publicado pelo Estadão em 7/09/2004.

Pelo reconhecimento da contribuição e da importância histórica e cultural para a formação da sociedade brasileira, Cachoeira foi tombada em 1971 como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No contexto estadual, por meio da Lei nº 10.695/2007, todos os anos, no dia 25 de junho, a cidade se torna capital do Estado por um dia, “em homenagem à resistência histórica do povo cachoeirano, na luta pela independência brasileira”. Isto ocorre porque esta data, no ano de 1822, é considerada o marco do início das batalhas que levaram à Independência do Brasil na Bahia, ocorridas na “Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira”.

Feito o adendo, retomamos a história de criação do curso de Museologia.

É necessário dizer que, desde a década de 1960, havia no seio da comunidade da Escola de Agronomia um desejo de desmembramento da UFBA para a criação de uma instituição própria, que viria a se chamar Universidade Rural da Bahia. No ano de 2002, com a posse de Naomar de Almeida Filho como reitor da UFBA, a eleição de Paulo Gabriel Soledade Nacif para a Diretoria da Escola de Agronomia (cuja posse ocorreria no ano seguinte) e tendo como horizonte a possibilidade de vitória nas eleições presidenciais de um governo favorável a uma expansão das universidades, a discussão sobre a criação de uma universidade por desmembramento da Escola de Agronomia foi retomada. Concretizada a vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua posse em janeiro de 2003, com um ambiente institucional e político favorável, Naomar articula no plano institucional os agentes e estabelece a “Comissão elaboradora dos subsídios para a criação e implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”, instituída pela Portaria nº 251 da UFBA, de 09 de julho de 2003 (UFBA, 2003), oficializando o processo que permitiria a fundação da instituição.

Nos trâmites de elaboração da proposta da UFRB foram realizadas cerca de uma centena de reuniões e audiências públicas em diferentes cidades do Recôncavo (Cachoeira, Nazaré, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus), do Baixo Sul (Valença) e do Vale do Jiquiriçá (Amargosa), com a finalidade de discutir acerca da implantação de uma universidade nestas regiões. Participaram do debate o Conselho Universitário e a Congregação da Escola de Agronomia da UFBA, Câmaras de Vereadores, Executivos Municipais, instâncias do Governo do Estado, lideranças políticas locais e nacionais, empresários, diferentes grupos da Sociedade Civil Organizada e o Congresso Nacional.

No âmbito desses inúmeros debates, no que dizia respeito a um Centro de Ensino em Cachoeira, conforme esclareceu Nacif, é justamente o perfil histórico e

sociocultural da cidade que levou a equipe da comissão, agregadas às contribuições advindas das reuniões e das audiências públicas, a propor a criação de um “Centro de Artes, Humanidades e Letras” neste território (UFBA, 2003, p. 35). Um dado relevante é que este é o único Centro que tem seu nome e, conseqüentemente, perfil geral definidos no projeto original da universidade; em todos os demais casos, os *campi* são definidos pelos nomes das cidades.

A partir deste projeto potente – que reunia um conjunto sólido de manifestações e compromissos políticos, administrativos, empresariais e sociais, de mobilizações e pressões junto ao congresso nacional –, a UFRB veio a ser legalmente criada em 29 de julho de 2005, a partir Lei nº 11.151. No primeiro ano de funcionamento, a universidade foi administrada pela UFBA, em regime de tutoria. Foi nesse período que se iniciou a criação das condições físicas para a implantação da universidade nos diferentes *campi* fora de sede. A sede, por óbvio, se situou em Cruz das Almas, onde está a Escola da Agronomia desmembrada da UFBA para compor a UFRB.

No segundo semestre de 2005, a equipe que realizava a gestão de implantação da UFRB sob a tutoria da UFBA, liderada localmente pelo Prof. Nacif, encomendou a um docente da Escola de Agronomia – de muita experiência acadêmica e com certa circulação nas discussões das Ciências Humanas – a elaboração de um projeto que abrangesse o perfil geral do “Centro de Artes, Humanidades e Letras” (CAHL), definido na proposta de criação da universidade. Tal projeto, de fato, foi apresentado, mas com algum atraso, no início do primeiro semestre de 2006, e com um perfil alheio ao “espírito” do que havia sido planejado. Segundo nos informou o Prof. Nacif, apesar de academicamente interessante, o projeto versava sobre a criação de um Centro de Ciências Sociais Aplicadas com formações ligadas às áreas administrativas, contábeis, jurídicas e econômicas, perfil que estava em desacordo com o previsto na proposta e definido com participação popular nas audiências públicas. Ademais, o projeto exigia um grau de “sofisticação” que demandaria um grande tempo de implantação, o que levaria à perda da “janela de oportunidade” do cenário político, posto que 2006 era o último ano do governo que havia criado a UFRB.

Além da dissonância do projeto de Centro com o perfil planejado para a UFRB e da oportunidade política, existiam quatro outros fatores imperativos relacionados ao ano de 2006, com efeitos em cascata:

- Neste ano ocorreriam as eleições presidenciais, de forma que a implantação do CAHL deveria ser realizada respeitando as vedações dadas pela Lei Federal nº 9.504/1997, em estrito cumprimento do calendário eleitoral brasileiro, oficializado por meio da Resolução TSE nº 22.249/2006;
- A universidade havia recebido do Ministério da Educação os códigos de vagas destinados a concursos docentes para a UFRB; estes, por sua vez, deveriam ser utilizados imediatamente⁶, de forma que o concurso e o seu consequente resultado fossem homologados antes do prazo das restrições decorrentes do calendário eleitoral, que impunha a data de 1º de julho de 2006 como limite, para que as contratações pudessem ocorrer no início do segundo semestre;
- Os concursos deveriam ser precedidos pela existência de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) com suas respectivas matrizes curriculares, tramitados nas instâncias acadêmicas e administrativas superiores da universidade e autorizados pelo MEC;
- Por fim, era estratégica a criação de um fato político, com o CAHL iniciando as atividades ainda no segundo semestre de 2006, para evitar que em uma eventual derrota eleitoral da gestão executiva federal, o sucessor não viesse a desmobilizar recursos da implantação da universidade e, conseqüentemente, dos seus centros.

Em síntese, no início de 2006, tinha-se como cenário um conjunto robusto de impasses que pareciam inviabilizar o CAHL, sendo que dos seis aspectos indicados, dois eram altamente complexos, interdependentes entre si e demandavam mais tempo do que se dispunha: 1) a elaboração de PPC refere-se a um procedimento administrativo-acadêmico que, quando ocorre em fluxos regulares, leva entre oito e dozes meses para ser concluído⁷; e 2) a realização de concurso público para

⁶ Na ocasião, os códigos de vagas para concurso docente efetivo tinham prazo determinado de uso, caso contrário, se perderia a possibilidade de contratação. Na atualidade as vagas são amparadas pela Lei nº 12.772/2012 e pelo Decreto nº 7.485/2011, que estabelecem o banco de professor-equivalente, o qual permite que as vagas docentes não ocupadas sejam destinadas a concursos a qualquer tempo, desde que haja orçamento.

⁷ De modo geral, para a elaboração do PPC de um curso superior deve-se ter: a) a composição dos profissionais com qualificação para materializar o projeto; b) efetivamente, elaborar PPC atendendo as diretrizes da IFE, do MEC e dos órgãos profissionais; c) submeter à avaliação do PPC às diferentes instâncias acadêmico-administrativas da universidade, no plano dos Centros, das Pró-Reitorias e das Câmaras, cada uma dessas com eventuais pareceres de revisão e/ou adequação (que sempre ocorrem, pois PPCs são projetos complexos) e posterior retorno para reavaliação; d) depois de percorrido todo esse trâmite, submete-se ao conselho acadêmico superior; e) uma vez totalmente tramitado na universidade, registro na plataforma E-Mec do MEC e aguardo das avaliações e pareceres de saneamento e autorização de funcionamento.

provimento das vagas previstas no PPC refere-se a um processo administrativo que, quando célere, leva entre quatro a seis meses⁸.

Esses impasses se fizeram sentir no início de 2006, sendo que o prazo para as vedações administrativas, em decorrência das eleições presidenciais, era 1º de julho, portanto, menos de 6 meses. É justamente dessa complexidade que a equipe gestora da tutoria da UFRB identifica um caminho para uma solução: e se uma dessas etapas pudesse ser legalmente superada? Dessa indagação nasce a ideia de absorver, de forma linear, PPCs e matrizes curriculares de cursos existentes na UFBA, tutora da UFRB, que já tivessem passado por todos os trâmites administrativo-acadêmicos e que fossem consonantes com o projeto do CAHL.

Esta condição legal viabilizaria a abertura do Centro no prazo previsto, permitindo ultrapassar a fase de elaboração de PPC, de forma a concentrar os esforços na realização de concurso. É assim que a equipe gestora da tutoria seleciona três cursos daqueles existentes na UFBA que guardassem sintonia com o “espírito” do perfil do Centro, para dar início ao CAHL. Os cursos selecionados foram: Comunicação, História e Museologia. É por isso que os primeiros PPCs desses cursos na UFRB são exatamente os mesmos da UFBA (UFRB, 2007, p. 16-17).

Superado o problema dos PPCs, toda energia foi concentrada na elaboração dos perfis destinados ao concurso, para possibilitar as aulas dos dois primeiros anos de funcionamento do CAHL. Conforme nos relatou o Prof. Paulo Gabriel Nacif, para essa atividade, a equipe tutora contou com o apoio da Profa. Maria Hilda Baqueiro Paraíso, que auxiliou na elaboração dos 23 perfis que integraram o concurso e, posteriormente, liderou a equipe da Comissão Executiva que administrou a realização das avaliações das vagas do CAHL. O concurso foi lançado em 17 de fevereiro de 2006, por meio do Edital nº 05/2006 da UFBA, e teve a sua homologação realizada pela Portaria nº 293 da UFBA, publicada em 29 de junho de 2006, portanto, dois dias antes do prazo final.

Aqui, identificamos mais alguns dados que exemplificam o afastamento da criação do curso de Museologia da UFRB do cenário museológico nacional. Os profissionais do curso de Museologia da UFBA, que participavam ativamente e

⁸ Para um concurso público deve-se: a) receber os códigos de vaga do MEC e obter a autorização para a realização do concurso; b) receber os perfis das vagas docentes para atendimento de demandas de PPCs existentes, que devem ser tramitados com pareceres e aprovações em todas as instâncias acadêmicas e administrativas competentes da universidade; c) publicação do edital de concurso; d) abertura de período de inscrição; e) homologação das inscrições com fases recursais; f) período de realização das provas, geralmente em quatro etapas (escrita, didática, memorial e de títulos), cada uma delas com fases recursais; g) divulgação dos resultados e atendimentos das fases recursais; h) homologação do resultado final do concurso.

estavam integrados nessa “efervescência” do campo museológico brasileiro do início do século XXI, apenas souberam da criação de um novo curso de Museologia na UFRB a partir do lançamento do Edital nº 05/2006 e quando começaram a ser convidados para compor as comissões examinadoras. Outra evidência são os títulos conferidos às vagas e seus respectivos pontos de avaliação, os quais demonstram que as suas concepções guardam alguma distância com as discussões do campo museológico – Teoria Museológica e Conceito de Musealização; Tipologia dos Museus e Avaliação de Público; Classificação e Documentação; Conservação - Patrimônio Material e Cultura Intangível –, pois misturam áreas, campos, conteúdos e conceitos às vezes contraditórios e, mesmo, expressam discussões inexistentes em Museologia. Essa dissonância causa embaraços até a atualidade, sendo necessária uma reavaliação deste e de outros pontos sensíveis em um próximo PPC, visando dinamizar e adequar o curso às demandas do presente.

Apesar dessas divergências de concepção com o campo museológico, as quais, objetivamente, não desqualificaram ou inviabilizaram o certame, o concurso docente da UFRB ocorreu, foi bem sucedido e permitiu a seleção de profissionais, que atuariam como docentes do curso de Museologia do CAHL, a saber: Teoria Museológica e Conceito de Musealização, Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira; Tipologia dos Museus e Avaliação de Público, Cristina Ferreira Santos de Souza; Classificação e Documentação, Henry Luydy Abraham Fernandes; e Conservação - Patrimônio Material e Cultura Intangível, Rita de Cássia Silva Doria. Além dessas disciplinas, existiram vagas de áreas afins, que também atenderiam às demandas do curso, tais como: Processos Artísticos, Ayrson Heráclito Novato Ferreira; História da Arte, Camila Fernanda Guimarães Santiago e Suzane Tavares de Pinho Pêpe; História do Império Português, Luiz Antônio Silva Araújo; Sociologia, Gabrielle Grossi; Antropologia, Xavier Gilles Vatín; e Filosofia, André Luís Mota Itaparica. O ingresso paulatino desses profissionais, a partir de setembro de 2006, permitiu o início das aulas em Cachoeira, inaugurando as atividades do CAHL.

Paralelamente à seleção dos docentes que compuseram o quadro inicial do CAHL, ainda durante o primeiro semestre de 2006, por meio de concurso vestibular realizado pela UFBA, foram disponibilizadas e preenchidas 40 vagas (100% de ocupação) para o curso de Bacharelado em Museologia da UFRB, com previsão de ingresso no segundo semestre do mesmo ano.

Em síntese, apesar do dinamismo do campo museal e museológico brasileiro ocorrido no quindênio inicial do século XXI, da existência de um ambiente favorável, os

dados que levantamos não autorizam compreender que haja relação entre essa mobilização e o curso de Bacharelado em Museologia da UFRB. Em contraponto, existem dados que demonstram o esforço, poder de articulação e efetiva ação local de um conjunto de agentes institucionais na criação desta formação.

2. OS três primeiros anos: os desafios iniciais e a configuração de uma identidade na formação

Apresentaremos os desafios dos três anos iniciais, os mais difíceis e decisivos na implantação do curso de Museologia da UFRB e na definição de uma identidade própria para a formação. Nesse aspecto, é imperativo informar que os autores desse texto fizeram parte dessa história, o que permite uma narrativa também baseada em suas vivências e memórias.

Com a chegada dos novos docentes que tinham formação básica nas mais antigas escolas em Museologia do país – especificamente, na UNIRIO (1932) e na UFBA (1969) (RIBEIRO, 2014; SÁ, 2013, 2014, 2019; SANTOS, 2019) –, houve o início do processo de elaboração de um PPC próprio, que viria a ser implantado no primeiro semestre de 2008. Além disso, esses docentes, em conjunto com os demais colegas do CAHL e da universidade, tiveram a responsabilidade de realizar a implantação física do curso e a organização administrativo-acadêmica dos trâmites para o seu funcionamento.

Em setembro de 2006, com a ausência de um espaço definitivo, o CAHL passou a funcionar provisoriamente no anexo do Colégio Estadual de Cachoeira, quando foi dirigido de forma *pro tempore* por Geraldo Sampaio Costa, professor da Escola de Agronomia. Nesse espaço, ocorreram reuniões que levaram à criação do Diretório Acadêmico Estudantil e do Colegiado do Bacharelado em Museologia e à eleição de Ana Audebert como Coordenadora do Curso, tendo como Vice-Coordenadora Cristina Ferreira, para gestão de dois anos, entre outubro de 2006 a outubro de 2008. A primeira gestão teve a tarefa de organização do planejamento acadêmico das aulas de 2006.2.

Foi, também, sob a égide do corpo docente inicial que o PPC do Bacharelado em Museologia veio a ser elaborado durante o ano de 2007⁹. Nesse documento, de um lado, foi disponibilizado um conjunto de conhecimentos que conduzissem a uma formação museográfica abrangente, com uma perspectiva histórica e conceitual das

⁹ Este é, ainda, o PPC vigente, mas com várias atualizações.

abordagens práticas, em consonância com as diferentes escolas do pensamento museológico e social. Do outro, houve uma forte preocupação na formação teórico-humanística, com a disposição de componentes curriculares que viabilizassem a reflexão histórico-conceitual do campo de atuação do profissional Museólogo, assim como de áreas correlatas das Artes e das Humanidades, que levassem à compreensão das realidades socioculturais, com foco em temas emergentes e socialmente referenciados no Brasil e, especialmente, no cenário baiano. Por fim, visando à atuação profissional, três produtos seriam gerados pelos discentes ao longo do processo formativo: Estágio Curricular, Exposição Museológica e Trabalho de Conclusão de Curso¹⁰ (OLIVEIRA *et. al*, 2008).

A partir dessas duas grandes orientações do PPC¹¹, podemos dizer com segurança que, tendo em vista as origens dos profissionais que integraram o curso, além da inexistência de outras formações de graduação que pudessem ser utilizadas como referência, o projeto do Bacharelado em Museologia da UFRB se expressou como uma mescla bem-sucedida das formações da UNIRIO e da UFBA que, respectivamente, se notabilizam por integrar as duas abordagens anteriormente expressas. Associado a esse perfil geral, em um caminho de construção de uma identidade própria, também relacionado a uma acomodação epistêmica fruto das trajetórias e formações pós-graduadas dos docentes que ingressaram na UFRB, duas abordagens se destacaram espontaneamente como espécies de habilitações: os debates em torno dos acervos artísticos e arqueológicos.

Concomitantemente, enquanto avançavam os trabalhos de implantação física do curso e confecção de um PPC próprio, no segundo semestre de 2006, já sob a responsabilidade da UFRB, foi realizado o segundo concurso vestibular para ingresso de estudantes no primeiro semestre de 2007; na ocasião, foram disponibilizadas 40 vagas, para as quais 34 receberam matrículas (85% de ocupação). No vestibular seguinte, realizado no segundo semestre de 2007, para ingresso no primeiro semestre de 2008, foram disponibilizadas 40 vagas, das quais obtiveram-se 29 matrículas

¹⁰ Não é nosso objetivo, aqui, expressar em detalhes os elementos que permitem compreender as diretrizes específicas do PPC de 2008, posto que, nesse momento, esse tema é objeto de uma tese de doutoramento em Museologia em andamento, realizada por Ana Paula Soares Pacheco na Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias (ULHT). Além disso, esse tema foi abordado a partir de diferentes prismas em outras publicações (ALVES, 2018; ARAÚJO *et. al*, 2016, 2018; COSTA *et. al*, 2012a, 2012b; COSTA, 2017, 2020; FERNANDES & COSTA, 2018; FERNANDES & PÊPE, 2022; ISOLAN, 2015, 2017a, 2017b; ISOLAN & ARAÚJO, 2017; JULIÃO & TANUS, 2014; NUNES *et. al*, 2010a, 2010b; OLIVEIRA *et. al*, 2012; TANUS, 2013b; TANUS *et. al*, 2014).

¹¹ Além de seguir as diretrizes curriculares nacionais para o campo da Museologia (Parecer CNE/CES nº 492/2001; Parecer CNE/CES nº 1.363/2001; Parecer CNE/CES nº 329/2004; Parecer CNE/CES nº 184/2006; Parecer CNE/CES nº 8/2007; Resolução CNE/CES nº 21/2002; Resolução CNE/CES nº 2/2007) e da legislação do campo profissional (Lei nº 7.287/1984; Decreto nº 91.775/1985).

(72,5% de ocupação). O perfil geral dos estudantes das três primeiras turmas era de pessoas pretas (em torno de 70% dos alunos), majoritariamente mulheres, moradoras das cidades do Recôncavo, próximas ou vizinhas à Cachoeira e, alguns poucos, de cidades mais distantes do interior da Bahia.

Como se pode notar, o cenário dos anos iniciais apontava para um declínio contínuo na ocupação de vagas; no terceiro vestibular já se acumulava uma desocupação de 27,5%. Não é possível se saber as razões que promoveram esse fenômeno, mas existia um indicativo sobre a necessidade de adoção de medidas que viessem a inverter o quadro, sob pena de extinguir um curso que mal iniciava as suas atividades. Efetivamente, essas medidas foram adotadas pela universidade, a partir de duas ações: a) a alteração da forma de ingresso, deixando de se realizar vestibular próprio e adotando o Sistema de Seleção Unificada (SISU)¹² como forma de entrada estudantil na graduação da UFRB, o que possibilitaria ampliar substancialmente a concorrência para além das fronteiras regionais, abarcando interessados de outras partes do país; e b) a adesão ao REUNI, com a ampliação da entrada para 50 vagas anuais para o curso de Museologia. Embora não seja objetivo analisar um período superior aos três anos iniciais, para não ficar insolta a narrativa, informamos que as medidas adotadas vieram a estabilizar a entrada anual de estudantes, revertendo a situação dos três anos iniciais e, também, alterando levemente o perfil do alunado, no que diz respeito à abrangência territorial de recepção.

O segundo concurso para ingresso de docentes ocorreu em 2008, aberto por meio do Edital nº 01/2008; tratava-se do primeiro concurso administrado pela UFRB, após a cessão da tutoria pela UFBA. Naquele certame, foram disponibilizadas duas vagas para Museologia, as quais tiveram como aprovados: Museologia Geral, Carlos Alberto Santos Costa; e Comunicação Museológica, Patrícia Verônica Pereira dos Santos. Nesse momento, o CAHL já estava sendo gerido por uma direção eleita no segundo semestre de 2007, composta por Xavier Vatín e André Itaparica, Diretor e Vice-Diretor, respectivamente.

Pouco tempo após ingressar na UFRB, Carlos Costa viria a assumir a segunda Coordenação do Curso, entre outubro de 2008 e outubro de 2010, com a Vice-Coordenação de Suzane Pêpe, cabendo a essa gestão: a implantação e definição dos fluxos administrativos do novo PPC; elaboração de um conjunto de normativas assessórias ao projeto relacionadas às Atividades Complementares (ACC), Estágio

¹² Refere-se a um sistema eletrônico administrado pelo MEC que reúne as vagas disponibilizadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil, em sua maioria federais (<https://sisu.mec.gov.br>).

Curricular Obrigatório e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Resolução nº 09/2010; Resolução nº 16/2010; Resolução nº 17/2010); negociação e estabelecimento dos espaços laboratoriais, assim como aquisição de mobiliários e equipamentos para esses locais; definição dos perfis técnicos para assessoria das atividades dos laboratórios (dois museólogos, um restaurador e um técnico em restauro); implantação e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Como é de se prever, paralelo ao estabelecimento das diretrizes acadêmicas e administrativas do curso, havia, também, o desafio de implantação física. Nesse ponto, três situações se impuseram como limitadoras fundamentais:

- Primeiro, tratava-se da implantação de uma unidade da universidade em uma cidade histórica tombada, com todas as implicações e limitações que essa condição traz;
- Segundo, essa implantação foi majoritariamente conduzida por profissionais jovens, na ocasião com certa ingenuidade institucional e administrativa;
- Terceiro, nos primeiros três anos, o curso funcionou em espaços provisórios, na maioria das vezes pouco adequados às atividades acadêmicas, sobretudo aquelas de natureza prática. Entre 2006 e 2008 o CAHL funcionou em um anexo da Escola Estadual de Cachoeira, na entrada da cidade, em espaços improvisados para todos os serviços. No primeiro semestre de 2009, a partir da integração da UFRB como terceira parte de um comodato existente entre a Secretaria de Turismo do Estado e a Fundação Hansen Bahia, o CAHL passou a funcionar em um prédio popularmente conhecido como “prédio da Hansen” e, paralelamente, em parte das instalações do Colégio Sacramentinas de Cachoeira. Só no segundo semestre de 2009 é que o CAHL passaria a ocupar o Quarteirão Leite Alves, prédio principal do *Campus* Cachoeira/São Félix.

Enquanto todos os desafios eram superados, novos docentes continuaram a ser integrados ao curso de Museologia. O terceiro concurso foi aberto por meio do Edital nº 12/2008, no qual foram disponibilizadas quatro vagas, as quais tiveram como aprovados: Museu e Educação, Rita de Cássia Salvador de Souza Barbosa e Ana Paula Soares Pacheco; Teoria e Prática Museológica, Archimedes Ribas Amazonas; Arquitetura de Museus, Ricardo José Brügger Cardoso. O quarto concurso foi aberto por meio do Edital nº 01/2009, que disponibilizava uma vaga para Museu e Arqueologia, na qual ingressou Fabiana Comerlato. O quinto concurso foi realizado a

partir do Edital nº 01/2010, o qual teve uma vaga de História da Arte, que possibilitou o ingresso de Sabrina Mara Sant'Anna. Associada a essa sequência de novos professores, no segundo semestre de 2009, Ana Audebert foi redistribuída para a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a sua vaga não foi reutilizada para concurso, sendo perdida pelo curso em decorrência de sua destinação para ocupação de vaga por determinação judicial.

Como se pode ver, os três primeiros anos foram extremamente intensos. Aqui, podemos afirmar com segurança que embora a criação do Bacharelado em Museologia da UFRB não tivesse qualquer estímulo externo de agentes e agências do Estado, o mesmo não se pode dizer da sua implantação, muito em decorrência do ativismo e da aproximação de integrantes do corpo docente da UFRB com agentes que mobilizavam junto ao MinC o cenário museológico do início do século XXI.

Como exemplo, no mesmo momento que coordenava o curso de Museologia, Ana Audebert (UFRB) e Gilson Antônio Nunes (UFOP) foram eleitos para a Coordenação da Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia, no âmbito do 3º Fórum Nacional de Museus ocorrido em 2008, para o mandato de 2008 a 2010 (IBRAM, 2010a, p. 181). Por sua vez, as duas gestões seguintes foram assumidas por Ana Pacheco (UFRB) e Noris Maria Pacheco Martins Leal (UFPEL), entre 2010 e 2012, eleitas no âmbito do 4º Fórum Nacional de Museus, em 2010 (IBRAM, 2010b, p. 163); e Carlos Costa (UFRB) e Elizabete de Castro Mendonça (UNIRIO), entre 2012 e 2014, eleitos no 5º Fórum Nacional de Museus, em 2012 (IBRAM, 2014, p. 284). Além disso, no I Encontro Ibero-Americano de Museus, realizado entre 26 e 28 de junho de 2007, no qual se elaborou a Declaração da cidade de Salvador, Rita de Cássia Silva Doria esteve presente como convidada representante da UFRB (BRASIL, 2007a, p. 22).

Considerações finais

No âmbito deste artigo tivemos a possibilidade de demonstrar que, embora no Brasil do início do século XXI existisse o estímulo de agentes do MinC na promoção de um ambiente museal e museológico favorável ao crescimento da formação superior em Museologia nas universidades, essa boa intenção não teve alcance na UFRB. Nesse cenário, foi o protagonismo e a visão das lideranças administrativo-acadêmicas locais, relacionado à capacidade de análise das potencialidades que o contexto fornecia, que possibilitou a implantação de um curso de Bacharelado em Museologia,

uma formação no campo do patrimônio cultural, em uma cidade patrimônio nacional, como Cachoeira, no Recôncavo da Bahia.

De outro lado, no início de 2006, um conjunto de impasses pareciam inviabilizar o CAHL, os quais foram enfrentados pela equipe que liderava a implantação da UFRB e, conseqüentemente, do seu curso de Museologia: a inexistência de um projeto adequado para o Centro; a oportunidade política de implantação de um Centro da UFRB em Cachoeira; as limitações impostas pelo calendário eleitoral; a necessidade premente de ocupação dos códigos de vagas docentes; a inexistência de projetos de cursos e absorção legal linear de projetos existentes da UFBA; e a necessidade de criação de um fato político, que possibilitasse a implantação do Centro e da Universidade, indiferente de qual candidato ganhasse as eleições.

A partir da implantação do Bacharelado em Museologia, em setembro de 2006, com o ingresso dos novos docentes, majoritariamente jovens e com pouca experiência institucional pública, um novo conjunto de desafios foram enfrentados, relacionados: à composição de um PPC próprio para o curso, fortemente orientado pelas formações em Museologia da UNIRIO e da UFBA, mas com orientações próprias associadas aos estudos com acervos artísticos e arqueológicos; à institucionalização dos marcos regulatórios do curso; estabelecimento dos espaços, recursos e necessidades para o funcionamento físico da formação; ao declínio e superação da participação de interessados nos processos de ingresso estudantil.

Por essa sucessão histórica, acreditamos ser correto afirmar que, por razões completamente acidentais, a existência de uma formação em Museologia da UFRB é fruto de protagonismo local de agentes ligados à UFBA, tutora da UFRB em seu processo de implantação. Ademais, é possível afirmar que esta nova formação em seu desenvolvimento se tornaria tributária direta das primeiras formações em Museologia do Brasil (UNIRIO e UFBA). A aproximação do curso com o novo cenário museal e museológico que ocorria no Brasil na primeira década do século XXI aconteceu, mas, depois de sua existência e em decorrência das atuações dos novos docentes.

Enfim, buscamos com este texto – embasado em dados primários apresentados em uma sequência lógica e cronológica, que permitiram situar os acontecimentos no tempo –, homenagear os 90 anos de formação museológica no Brasil. Apresentamos um estudo pontual dos primeiros três anos de formação da UFRB explicando como este curso passa a integrar o cenário histórico desse nonagenário, a partir do ano 2006.

Referências

AGÊNCIA ESTADÃO. Gil Propõe parcerias para Universidade do Recôncavo. *Estadão*, matéria de 07/09/2004. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/gil-propoe-parceria-para-universidade-do-reconcavo,20040907p8526>. Consultado em: 24/08/2022.

ALVES, Marcos Francisco. *Pesquisa e Formação em Museologia no Brasil: tendências nos cursos de graduação*. Curitiba: Editora Appris, 2018, 269p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RAMOS, José Alimateia Aquino; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; NOGUEIRA, Rubem Damião. Diálogos entre a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia: a contribuição do grupo da ECI/UFMG. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, v. 12, n. especial - III Integrar, p. 3-6, 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RAMOS, José Alimateia Aquino; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; NOGUEIRA, Rubem Damião. Consolidação do diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: a contribuição brasileira. *Bibliotecas. Anales de investigación*, Biblioteca Nacional de Cuba José Martí, v. 14, n. 2, p. 207-217, 2018.

BAHIA. *Lei Estadual nº 10.695*, de 24 de setembro de 2007. Autoriza o Poder Executivo a transferir, temporariamente, a sede do Governo, na forma que indica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10695-de-24-de-setembro-de-2007>. Acesso em: 25/08/2022.

BRASIL. *Decreto Federal nº 91.775*, de 15 de outubro de 1985. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91775.html. Acesso em: 25/08/2022.

BRASIL. *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 17/08/2022.

BRASIL. *Decreto nº 7.485*, de 18 de maio de 2011. Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Decreto/D7485.htm. Acesso em: 19/08/2022.

BRASIL. *Lei Federal nº 7.287*, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm. Consultado em: 25/08/2022.

BRASIL. *Lei Federal nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 25/08/2022.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.151*, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11151.htm. Acesso em: 25/08/2022.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.772*, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987... Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12772.htm. Acesso em: 19/08/2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Declaração da Cidade do Salvador / I Encontro Ibero-Americano de Museus*. Brasília: MinC/IPHAN, 2007a, 58p.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2003, 37p.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006, 144p.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2010*. Brasília: MinC/Ibram, 2010, 201p.

BRASIL. Ministério da Educação. *REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais*. Brasília: MEC, 2007b, 45p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 492*, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 1.363*, de 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 329*, de 11 de novembro de 2004. Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces329_04.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 184*, de 7 de julho de 2006. Retificação do Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0184_06.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 8*, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces008_07.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES nº 21*, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES212002.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES nº 2*, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e

duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Resolução nº 22.249 - Instrução nº 86 - Classe 12ª - Distrito Federal (Brasília)*, de 29 de junho de 2006. Calendário Eleitoral (eleições 2006). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/resolucoes-instrucoes-das-eleicoes-de-2006>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRISSON, Luc. *Introdução à filosofia do mito* – Coleção cátedra. Tradução: José Carlos Baracat Junior. São Paulo: Paulus Editora, 2014, 308p.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Tradução: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990., 250p.

COSTA, Carlos Alberto Santos; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; NUNES, Gilson Antônio. Perfil dos cursos de graduação em Museologia do Brasil. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira; Luciane Monteiro Oliveira (Orgs.). *Sendas da Museologia*. Ouro Preto: UFOP, 2012ª. p. 41-66.

COSTA, Carlos Alberto Santos; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; MENDONÇA; Elizabete de Castro; NUNES, Gilson Antônio. Proposta de diretrizes para um currículo referência de formação de graduação em Museologia - bacharelado. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira; Luciane Monteiro Oliveira (Orgs.). *Sendas da Museologia*. Ouro Preto: UFOP, 2012b. p.67-90.

COSTA, Luciana Ferreira. *Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias*. 2017. 360 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Évora, Évora, 2017.

COSTA, Luciana Ferreira. Institucionalização e a configuração atual da Formação em Museologia no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 25, n. 3, p. 145-163, 2020.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* (edição revisada e atualizada). Imperatriz: Ética, 2016, 144p.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência de preservação urbana no Brasil. *Revista CPC*, Universidade de São Paulo, n. 10, p. 49-88, 2010.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos. Procedimentos iniciais de documentação em coletas arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia - UFRB. *Habitus* – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 16, n. 2, p. 345-360, 2018.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham; PÊPE, Suzane Tavares de Pinho. O ensino de documentação museológica na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Museologia e Interdisciplinaridade*, Universidade de Brasília, v. 11, n. especial, p. 42-62, 2022.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, Fundação Getúlio Vargas, v. 26, n. 4, p. 105-113, 1992.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos da Bahia (1870-1910)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 364p.

ISOLAN, Fiorela Bugatti. A formação em Museologia nas universidades brasileiras: apontamentos sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia (2003-2014). In: *Anais do 2º Seminário Brasileiro de Museologia*. Recife: Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia, 2015.

ISOLAN, Fiorela Bugatti. *A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia*. 2017. 212 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017a.

ISOLAN, Fiorela Bugatti. Reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento nos cursos de bacharelado em Museologia no Brasil. In: *Anais do 3º Seminário Brasileiro de Museologia*. Belém: Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia, 2017b.

ISOLAN, Fiorela Bugatti; ARAÚHO, Léa Blezer. A formação em Museologia no cenário brasileiro: diálogos e reflexões entre graduação e pós-graduação. In: DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; COLLAÇO, Janine Helfst Leicht (Orgs.). *Patrimônios culturais: entre memórias, processos e expressões museais*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017. p.165-178.

JULIÃO, Letícia; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Ensino da Museologia no Brasil: teoria e interdisciplinaridade. In: *Anais do I Seminário Brasileiro de Museologia*. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p. 76-88.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. São Paulo: Edições 70, 2007, 85p.

MATTOSO, Katia Mytilineou de Queiróz. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004. 332p.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. *Entrevista concedida a Carlos Alberto Santos Costa a respeito dos anos iniciais da criação da UFRB e do CAHL*. Cachoeira, Bahia. 25/08/2022 (Anotações de Carlos Alberto Santos Costa; arquivo pessoal).

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. *De João a Luiz: 200 anos de Política Museal no Brasil*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2020. 355p.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio. *Bitedô - onde moram os Nagôs: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jêje-nagô no Recôncavo baiano*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010. 192p.

NUNES, Gilson Antônio; COSTA, Carlos Alberto Santos; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. A arquitetura de museus nos cursos de graduação em Museologia no Brasil. In: *Anais do 2º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus: identidades e comunicação*. Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2010^a. p. 1-9.

NUNES, Gilson Antônio; COSTA, Carlos Alberto Santos; OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. Graduate courses in museology in Brazil: a curriculum analysis. In: *Annual Conference at the International Council of Museums - 22nd General Conference of ICOM*. Shanghai, China: ICTOP/ICOM, 2010b. p. 31-36.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; NUNES, Gilson Antônio; COSTA, Carlos Alberto Santos. A formação em museologia no Brasil. In: *Anais do 8º Congresso Internacional de Educação Superior Universidad – volume 1*. Habana, Cuba: Universidad de Habana, 2012. p. 60-71.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães; SOUZA, Cristina Ferreira Santos de; FERNANDES, Henry Luydy Abraham; DORIA, Rita de Cássia Silva. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Museologia*. Cruz das Almas: UFRB, 2008. 99p.

IBRAM – Instituto Nacional de Museus. *Relatório do 3º Fórum Nacional de Museus*. Brasília: MinC/IBRAM, 2010a. 200p.

IBRAM – Instituto Nacional de Museus. *Relatório do 4º Fórum Nacional de Museus*.

Brasília: MinC/IBRAM, 2010b. 186p.

IBRAM – Instituto Nacional de Museus. *Relatório do 5º Fórum Nacional de Museus*. Brasília: MinC/IBRAM, 2014. 321p.

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. *Um capítulo na história da Museologia no Brasil: um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922-1935)*. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Arquivo Nacional, v. 26, n. 2, p. 31-58, 2013.

SÁ, Ivan Coelho de. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In.: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 223-243.

SÁ, Ivan Coelho de. Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 e 1970. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Universidade de Brasília, v. 8, n. 16, p. 236-257, 2019.

SANTOS, Iraci Oliveira dos. *A trajetória do curso de museologia da Universidade Federal da Bahia (1969-2010)*. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, Anna Paula da. Sentidos da formação em Museologia: o Curso de Introdução à Museologia de Maria Barreto, no Museu Nacional da Universidade do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Museu Histórico Nacional, v. 53, p. 220-233, 2020.

SILVA, Márcia da. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. *Sociedade & Natureza*, Universidade Federal de Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 69-68, 2008.

SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Bruno Brulon; CARVALHO, Luciana Menezes de; RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In.: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 244-263.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. *Análise da influência acadêmico-institucional nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil*. Dissertação. 2013. 235 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013a.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. A trajetória do ensino da Museologia no país. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Universidade de Brasília, v. 2, n. 3, p. 76-88, 2013b.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila Araújo; JULIÃO, Letícia. *Formação em Museologia no Brasil: Análise da Influência Acadêmico-Institucional*. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Universidade de Brasília, v. 3, n. 5, p. 193-206, 2014.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo / Salvador: Editora UNESP / EDUFBA, 2001, 542p.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. *UFRB - Subsídios para criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia*. Salvador: UFBA, 2003.. 84p.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Relatório de Gestão – 2006*. Cruz das Almas: UFRB, 2007. 99p.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Resolução nº 09*, de 28 de abril de 2010. Regulamenta as Atividades Complementares do Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/resolucao-09-10-conac.pdf.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Resolução nº 16*, de 16 de junho de 2010. Dispõe sobre a aprovação do regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Museologia da UFRB. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/resolucao-16-10-conac.pdf.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Resolução nº 17*, de 16 de junho de 2010. Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Museologia. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/resolucao-17-10-conac.pdf.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

Data de recebimento: 31.08.2022

Data de aceite: 13.10.2022